



**Ministério do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Gerência Regional de Infraestrutura – 1ª GRD**

#### **Anexo VIII: Plano de Negociação**

**CODEVASF**

Contrato SIAD 415/2011 de 24 de outubro de 2011, firmado entre a Fundação Rural Mineira – RURALMINAS e a Fundação Renato Azeredo.



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

97285 A10



**EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CADASTRO / ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO FÍSICO, JURÍDICO E FUNDIÁRIO, DO LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO, DOS LAUDOS DE AVALIAÇÃO DE TERRAS, PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, ELABORAÇÃO DO PLANO/PROGRAMA DE NEGOCIAÇÃO E PROJETO EXECUTIVO DE REMANEJAMENTO E REASSENTAMENTO DOS BENEFICIADOS PELO PROJETO JEQUITAIÁ, NO ESTADO DE MINAS GERAIS**

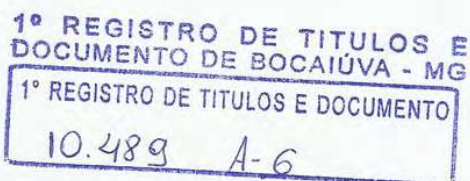


**RELATÓRIO DE ANDAMENTO – V  
VOLUME – II**

**PLANO DE NEGOCIAÇÃO**

CARTÓRIO DE PIRAPORA			
CARTÓRIO DE REGISTROS DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E PESSOA JURÍDICA			
CNPJ: 25.213.893/0001-84			
RUA MATO GROSSO Nº 131 - CENTRO			
Fone: (38)3741-2027			
Marcia dos Santos - Oficiala			
PROTOCOLO Nº 10756			
REG Nº 6557 - LIV B-45 - PAG 5			
Pirapora, MG, 19 de junho de 2012.			
Marcia dos Santos - Oficiala			
Emolp	Recom	TFJ	Total
484,36	28,79	155,51	668,66

**Jequitaiá-MG, 14 de fevereiro de 2012.**





## Equipe de Construção do Plano de Negociação Projeto Jequitai

### Equipe Técnica

- Prof. Antônio Alves Soares, Engenharia Agrícola – FRAMINAS/UFV
- Gustavo Simoni Coelho, Engenharia Civil – FRAMINAS
- Prof. José Norberto Muniz, Ciências Sociais – FRAMINAS/UFV
- Prof. José Ambrósio Ferreira Neto, Ciências Sociais – FRAMINAS /UFV

### Colaboradores institucionais e mobilizadores locais

- Antônio Pinheiro – Secretário Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Jequitai
- Adão Neves – Atingido e Presidente da Associação Grupo Organizado de Trabalho do Buriti de Baixo, Jequitai
- João Efigênio dos Santos – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jequitai
- Joaquim Isidoro de Oliveira – Vice-prefeito e Presidente do Sindicato Rural de Jequitai
- Leane Duarte Costa – Secretária Municipal de Meio Ambiente e Agricultura de Claro dos Poções, membro do Comitê de Bacia Hidrográfica Jequitai e Pacui
- Neuza Almira Rodrigues Pinto Duarte - Secretária Municipal de Meio Ambiente e Agricultura de Francisco Dumont, membro do Comitê de Bacia Hidrográfica Jequitai e Pacui
- Sebastião Duarte Filho – Atingido e Ex-presidente da Associação Grupo Organizado de Trabalho do Buriti de Baixo, Jequitai
- Salvador Leite Silva – Presidente da Associação dos Pescadores de Jequitai
- Sirléia Márcia Oliveira Drumond - Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Rios Jequitai/Pacui
- Dayse Maria Aparecida Fonseca Lopes da Costa – Secretária Municipal de Meio Ambiente e Agricultura de Engenheiro Navarro, membro do Comitê de Bacia Hidrográfica Jequitai e Pacui
- Amilton José Rodrigues Reis, Agronomia – RURALMINAS
- Benjamin Collares, Economia – RURALMINAS
- Antônio Maria Claret Maia, Direito – FRAMINAS
- Livia Sena Jaques, Direito – FRAMINAS
- Maria Fernanda Veloso Britto, Direito - FRAMINAS
- Fernando Antônio Fialho de Sena, Economia – CODEVASF
- Vandilson Soares da Cunha, Agronomia – CODEVASF

### Equipe de apoio – Escritório do Projeto Jequitai

- Leandro Fabrício Medrado Costa - Administração - FRAMINAS
- Jakeline Alves de Souza – FRAMINAS
- Patrícia Vaz de Mello Laval – Economia Doméstica - FRAMINAS



**CODEVASF**

## Plano de Negociação

### Projeto Jequitaiá

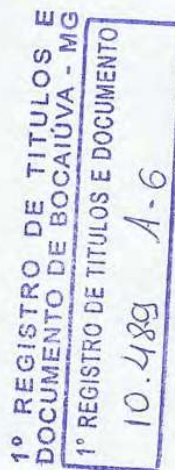
#### I - INTRODUÇÃO

A execução dos serviços de atualização do cadastro físico, jurídico e fundiário, do levantamento socioeconômico, dos laudos de avaliação de terras, para regularização fundiária, elaboração do plano/programa de negociação e projeto executivo de remanejamento e reassentamento dos beneficiados pelo Projeto Jequitaiá, no norte do Estado de Minas Gerais consiste no objeto do contrato firmado entre a Fundação Rural Mineira - RURALMINAS e a Fundação Renato Azeredo - FRAMINAS.

Através do Termo de Compromisso n.º 00.008/00-2011, datado de 14 de outubro de 2011, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF formalizou parceria com a RURALMINAS, repassando recursos financeiros e delegando a mesma as atribuições de condução dos serviços e estudos que antecedem a construção da barragem Jequitaiá I.

Dentre os serviços delegados à RURALMINAS e contratado junto à FRAMINAS está a elaboração do Plano de Negociação, objeto do atual relatório.

O Plano de Negociação ora apresentado visa o cumprimento integral e objetivo de uma condicionante imposta pelo Conselho Estadual de Política Ambiental / Instituto Estadual de Florestas (COPAM/IEF) quando da concessão da Licença Prévia para a barragem no rio Jequitaiá, definindo como área diretamente afetada (ADA) os municípios de Jequitaiá, Francisco Dumont, Claro dos Poções e Engenheiro Navarro. Nesse sentido, além do cumprimento da determinação imposta pelo órgão ambiental estadual, esse Plano de Negociação busca ajustar os termos que irão orientar as relações entre o empreendedor e as comunidades afetadas direta e indiretamente pelo empreendimento, com o objetivo de



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

07285 A10





minimizar e mitigar possíveis impactos sociais e econômicos decorrentes da construção da barragem. O pressuposto fundamental que orientou a construção deste Plano de Negociação foi a articulação de três dimensões que, apesar de aparentemente isoladas, são interdependentes e complementares.

O primeiro elemento se refere ao estrito cumprimento da legislação pertinente à matéria de modo a garantir que as propostas aqui apresentadas estejam em sintonia e respeito aos ordenamentos legais: nacional, estadual e municipais. O segundo elemento se refere à definição clara das obrigações e responsabilidades do empreendedor, em relação ao empreendimento, dos quais, por definição, ele não poderá se eximir. Por outro lado, como forma de garantir o cumprimento dessa premissa inicial, se cuidou também de não incluir, no presente Plano de Negociação, questões e demandas que são de responsabilidade de outras esferas do poder público, como a União, o estado e os municípios, focalizando o escopo do documento naqueles temas de responsabilidade direta e indireta do empreendedor. Finalmente, o terceiro elemento que orienta esse Plano de Negociação, certamente o mais candente, se refere às demandas e expectativas apresentadas pelas comunidades afetadas pelo empreendimento.

O Plano de Negociação foi construído em várias etapas, de modo a possibilitar o crescimento de dados, informações, disposições, interesses e proposições das comunidades e partes interessadas. Essa estratégia de elaboração expressa uma trajetória acumulativa de conteúdos e interesses que, articulados de forma lógica e estruturada, ficam consolidados e materializados no Plano de Negociação. Em decorrência do volume de demandas e expectativas articuladas e incorporadas, o Plano de Negociação deve ser considerado como elemento de referência para outros projetos que envolvam o empreendimento, os quais se constituem em requisitos necessários à obtenção das demais licenças necessárias para sua regularização plena junto aos órgãos ambientais.

O Plano de Negociação é apresentado por meio dos seguintes itens: concepção, fundamentação na legislação pertinente, definição das estratégias participativas empregadas, identificação dos atores em negociação, apresentação dos pontos de negociação e da forma como eles serão introduzidos e os procedimentos da



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos  
07285 A10





negociação. A característica principal desse Plano de Negociação está no seu processo de construção, que é interativo e procura conciliar o arcabouço institucional e legal que orienta a construção desse tipo de empreendimento e os direitos, expectativas e interesses dos atingidos e dos empreendedores.

## II – CONCEPÇÃO DO PLANO

O Plano de Negociação se constitui em um documento propositivo que normatiza as relações entre os atores sociais e as instituições que possuem interesses conflitantes. Seu grande desafio está em normatizar e definir parâmetros de atuação e conduta em contextos onde os atores envolvidos estão em clara disputa de interesses. Desse modo, como o Plano é um dos condicionantes impostos no processo de obtenção da Licença Prévia da barragem do Rio Jequitaí, tornou-se necessário identificar pontos passíveis de negociação, além de definir procedimentos e parâmetros que permitam regular as interações entre os diversos atores sociais envolvidos na construção do empreendimento. Assim, esse documento parte do princípio de que é possível apresentar um conjunto de procedimentos para evitar que a barragem, em si, se constitua em negócio ruinoso para o ambiente e para os segmentos sociais e, por outro lado, demonstre o papel e a responsabilidade que o empreendimento tem como elemento de indução do desenvolvimento local e regional, focalizando sua esfera de atuação à mitigação dos impactos e externalidades dele decorrentes.

Como forma de articulação dos atores envolvidos, que podem ser, de forma polarizada, apresentados como **empreendedores** e **atingidos**, o presente Plano de Negociação, desde a sua concepção e início de elaboração, vem buscando, por meio de reuniões com os segmentos sociais atingidos e comunidade envolvida, elaborar um conjunto de proposições com as seguintes características:

- identificação das demandas e interesses que servirão de referências para as futuras negociações;
- explicitação dos limites e possibilidades de atuação por parte do empreendedor, definindo responsabilidades dele próprio, bem como das diferentes esferas de poder: federal, estadual e municipal;



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

97285 A10







- c. identificação dos fundamentos que originam e sustentam essas demandas, bem como os procedimentos de negociação que eles requerem em função da forma como atingem os diferentes segmentos sociais;
- d. proposição de procedimentos para a solução dos impasses e as formas de acompanhamento e monitoramento da solução proposta, as quais passam ser delimitadas em termos do tempo e da abrangência social e geográfica.

Considerando a longa trajetória histórica que envolve o debate sobre a construção da barragem do Rio Jequitaiá, o Plano de Negociação tem como objetivo inicial contornar dificuldades originadas no descompasso entre as notícias sobre a construção do empreendimento, datadas de meados do século XX, e sua efetivação a ser iniciada na segunda década do século XXI. O Plano, ora apresentado, também busca contornar problemas e dificuldades que são inerentes a esse tipo de empreendimento que, ao promover o deslocamento involuntário de pessoas, famílias e comunidades, é marcado por tensões e antagonismos legítimos, mas também por manipulação política e ideológica. Portanto, as proposições apresentadas no Plano de Negociação seguem duas diretrizes: negociações para ilustrar acordos anteriores e as negociações para os novos acordos. O relevante é que, em qualquer uma dessas diretrizes, se busca a efetiva participação dos atingidos e dos diversos segmentos sociais interessados. Tal perspectiva visa não apenas cumprir a legislação que aborda a temática e os condicionantes da Licença Prévia do empreendimento, mas também de torná-lo uma referência tanto por suas virtudes de engenharia e de viabilidade econômica, quanto por sua responsabilidade e compromisso com as famílias e comunidades em sua área de influência direta.

### III - LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

- a. Lei Estadual nº 12.812, de 28 de janeiro de 1998
- b. Lei Estadual nº 15.012, de 15 de janeiro de 2004
- c. Lei Federal 8.629/93, Art. 17, caput e incisos I e II
- d. Decreto 6.040/2007 da Presidência da República
- e. NBR 8.799/1985
- f. NBR 14653-3/2004
- g. Instrução Normativa Especial INCRA, nº 20 de 28/05/80



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

97285 A10

5







- h. Diretrizes e Procedimentos para Remanejamento e Reassentamento de Populações Residentes na área de Influência do Projeto Jequitaí – I. CODEVASF, Brasília, 2005.
- i. Manual Operativo para Reassentamentos em Decorrencia de Processos de Desapropriação para Construção de Reservatórios Públicos. Ministério da Integração Nacional. Brasília, 2006.
- j. Recomendações da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) – Ministério da Justiça, aplicáveis ao processo de construção da barragem do rio Jequitaí: (Box 1)

**Box 1. Recomendações da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” – CDDPH - MJ**

**1. Direito à informação e à participação**

- a) dar ampla divulgação, através de meios de comunicação de massa e da internet, a suas políticas, planos, programas e projetos específicos associados à construção de barragens;
- b) que seja assegurado às populações, grupos sociais, comunidades, famílias e indivíduos acesso gratuito a assessoria técnica e jurídica qualificada;

No que diz respeito às audiências públicas e aos licenciamentos:

- a) que estes órgãos ambientais assegurem ampla participação do público interessado nas audiências, promovendo-as em datas e horários propícios, em locais acessíveis e com oferta de transporte gratuito;
- b) que, obrigatoriamente, realizem-se as audiências necessárias para a assegurar a possibilidade de participação – acesso – a todos quantos sejam atingidos potenciais;
- c) que as regras de encaminhamento de cada audiência pública sejam objeto de acordo prévio com representantes da sociedade civil, esclarecidas e divulgadas no início da respectiva audiência;
- d) que seja assegurado o direito à palavra de todos os que se inscreverem;

No que diz respeito aos estudos e cadastro socioeconômicos e à identificação dos impactos e atingidos

- a) que os estudos voltados para o levantamento e registro de informações para a constituição de cadastros sociais e identificação dos atingidos sejam de responsabilidade do poder concedente;
- b) que seja colocada à disposição de consulta pública a lista de todas as pessoas e instituições cadastradas, bem como informações agregadas do cadastro, preservadas a *intimidade e as informações de caráter privado*.

**2. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida**

No que diz respeito ao desenvolvimento econômico e a reparações de caráter social e coletivo:

- a) que, sem prejuízo das reparações individuais ou coletivas devidas, o poder concedente determine, e os órgãos licenciadores assegurem, que todos os projetos devem contemplar planos de recuperação e desenvolvimento econômico e social, com o objetivo essencial de recompor, ou, ali onde isso for impossível, instaurar, arranjos e cadeias produtivas locais e regionais que assegurem ocupação produtiva ao conjunto dos atingidos, compatíveis com seus níveis de qualificação e experiência profissionais, e capazes de oferecer a manutenção e melhoria contínua das condições de vida;

No que diz respeito às indenizações e outras reparações:

- a) que as formas de reparação – restituição, reposição, indenização e compensação – sejam objeto de negociação com os atingidos;

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BOCAIÚVA - MG  
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
10. 489 A-6



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

97285

A10





- b) que as negociações acerca dos critérios, padrões e valores sejam coletivas, contando os atingidos com assessoria técnica independente, às custas do requerente da licença ou empreendedor, conforme o caso;
- c) que as indenizações em dinheiro pelas perdas materiais contemplem:
- o valor das propriedades e benfeitorias;
  - os lucros cessantes, quando for o caso;
  - recursos monetários que assegurem a manutenção dos níveis de vida até que famílias e indivíduos alcancem condições de vida pelo menos equivalentes às precedentes;
- d) que o Poder Concedente, as Agências Reguladoras, os órgãos de licenciamento ambiental e o empreendedor considerem que a plena reparação daqueles que exploram a terra em regime de economia familiar, como proprietário, meeiro, posseiro, etc, assim como daqueles que, não se enquadrando em uma dessas categorias, têm vínculo de dependência com a terra, dela dependendo para sua reprodução física e cultural, deve se dar em 3 níveis:
- indenização em dinheiro pelas perdas materiais, composta pelo valor da terra, benfeitorias, safra, prejuízos pela interrupção de contratos (meeiros, arrendatários, parceiros, empregados, etc);
  - compensação pelo deslocamento compulsório, traduzida no direito ao reassentamento, individual ou coletivo;
  - compensação pelas perdas imateriais, com o estabelecimento de programas de assistência nas diversas áreas técnicas necessárias à plena reconstituição dos modos de vida, redes sociais e econômicas, etc, como de natureza psicológica, assistencial, agronômica, etc.
- e) que sejam reconhecidos os mesmos direitos explicitados nos dois itens anteriores, a todo detentor, proprietário ou não, de imóvel, rural ou urbano, cujo imóvel tenha sido parcialmente desapropriado.

No que diz respeito a reparações por perdas de caráter social e coletivo:

- que toda e qualquer perda decorrente da inundação, destruição, eliminação ou inviabilização de infraestruturas, equipamentos, recursos e espaços de uso e fruição coletivos seja restituída e/ou compensada pelo empreendedor;
- que custos relativos a infraestruturas e equipamentos implantados para repor ou compensar perdas decorrentes da implantação e operação da barragem sejam encargos do empreendedor;
- que as despesas acrescidas de custeio de ações de educação, saúde, cultura e outras decorrentes da implantação e operação da barragem sejam encargos do empreendedor, por prazo a ser negociado com os governos locais e as populações interessadas.

No que diz respeito a reassentamentos rurais:

- que, em todos os casos, sejam oferecidas ao deslocado compulsório alternativas de reparação, por meio da reposição, indenização e compensação, que deverão contemplar, necessariamente, a possibilidade de reassentamento coletivo, de modo a favorecer a preservação dos laços culturais e de vizinhança prevalentes na situação original;
- que a licença de instalação e início das obras estejam condicionados à existência de planos discutidos e negociados de reassentamento;
- que o reassentamento de deslocados, em analogia ao disposto na Lei 8.629/93, Art. 17, caput e incisos I e II, seja feito em "terras economicamente úteis, de preferência na região por eles habitada", após avaliação de sua viabilidade agro-econômica e ambiental, em comum acordo com os avaliados;
- que planos de reassentamento, incluindo localização, identificação de glebas, projetos de infraestrutura e equipamentos de uso coletivo, assim como a escolha e formas de distribuição de lotes, sejam previamente discutidos e aprovados pelos reassentados, através de suas organizações e representações;
- que a renovação de licenças ambientais seja condicionada à realização de avaliações dos resultados dos reassentamentos implantados, levando em consideração parâmetros socioambientais, cabendo os custos ao empreendedor;
- que os custos relativos à implantação e ocupação dos reassentamentos sejam cobertos pelo empreendedor, pelo menos até que os reassentados estejam em condições de levar







adiante seus estabelecimentos agrícolas, considerados os prazos estabelecidos pelas experiências nacionais e as particularidades regionais e locais.

#### 4. Direito à moradia adequada

- em todos os casos, sejam asseguradas a participação e aprovação prévias dos reassentados nas etapas de planejamento do reassentamento e de elaboração dos projetos de moradia;
- que, nos casos de reassentamento rural, seja assegurado, em todas as situações, o módulo regional como patamar mínimo para o tamanho dos lotes;
- que as moradias decorrentes do reassentamento garantam no mínimo as condições materiais anteriores, no que diz respeito às dimensões e qualidade da edificação;
- que as moradias assegurem condições adequadas a grupos com necessidades especiais, como podem ser idosos, portadores de deficiência, crianças, etc;
- que custos acrescidos de manutenção e uso do lote ou moradia sejam cobertos pelo empreendedor até que, comprovadamente, os reassentados tenham alcançado patamares de renda que lhes permitam arcar com as novas despesas decorrentes do deslocamento compulsório e do reassentamento;
- que os projetos de reassentamento prevejam espaços e equipamentos de uso comum que permitam a sociabilidade e vivência coletivas, sempre que possível nos modos e padrões prevaletentes no assentamento original;
- que o poder concedente e o órgão licenciador exija do empreendedor a escrituração e registro dos imóveis decorrentes do reassentamento urbano e rural no prazo máximo de 12 (doze) meses, a contar do reassentamento.

#### 5. Direito à educação

- que, em todas as circunstâncias, as prefeituras e governos estaduais, assegurem a todas as crianças e adolescentes, sejam de famílias de atingidos ou não atingidos, de moradores antigos ou imigrantes, acesso à educação pública de qualidade;
- que em todos os casos, mormente quando resultar da obra e implantação da barragem um alongamento dos trajetos casa-escola, e/ou aumento dos custos de transporte, seja assegurado transporte adequado para os estudantes, sendo as despesas acrescidas encargos do empreendedor, por prazo a ser negociado com os governos locais e a população atingida.

#### 6. Direito a um ambiente saudável e à saúde

- que os órgãos ambientais, em cooperação com órgãos governamentais de saúde pública, incluam nos termos de referência estudos rigorosos e detalhados sobre os impactos sanitários da obra e da operação da barragem;
- que, em todas as circunstâncias, as prefeituras e governos estaduais assegurem a prevenção e combate a endemias e epidemias resultantes de alterações associadas à inundação de áreas e mudança do regime dos rios;
- que, em todas as circunstâncias, as prefeituras e governos estaduais assegurem a expansão dos serviços públicos de saneamento básico e saúde, de modo a atender a demanda acrescida decorrente do aumento da população ou da degradação das condições sanitárias;
- que, em todas as circunstâncias, as prefeituras e governos estaduais, assegurem a expansão dos serviços públicos de saúde mental, em particular de assistência psicológica;
- que seja coberto pelo empreendedor todo e qualquer ônus acrescido, para prefeituras ou governos estaduais, em razão da necessidade de novas medidas de combate a endemias e epidemias, ou outros problemas de saúde, cuja relação causal com a implantação e operação da barragem seja verificável, inclusive, se for o caso, novos equipamentos e serviços de saneamento básico – tratamento e destinação de efluentes, abastecimento de água – demandados em razão dos impactos da obra e da implantação da barragem.

#### 7. Direito à melhoria contínua das condições de vida

- que os meios que assegurem a melhoria contínua das condições de vida sejam objeto de negociação e aprovação das populações atingidas e suas organizações.



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

97285

A10







**8. Direito à plena reparação das perdas**

- a) que, na ausência de normatização, os órgãos ambientais e demais agentes envolvidos com o planejamento, implementação e operação de barragens observem o conceito de atingido que é formulado neste relatório.

**9. Direito à justa negociação e tratamento isonômico, conforme critérios transparentes e coletivamente acordados**

- a) que o poder concedente assuma diretamente o processo expropriatório, abstendo-se da concessão de mandatos expropriatórios a entes privados;
- b) que, preservado o caráter individual do ato de compra e venda, as regras, critérios e parâmetros de indenização e reparação sejam objeto de negociação coletiva;
- c) que, em cada empreendimento, antes das negociações individuais, sejam objeto de negociação coletiva e prévia aprovação dos atingidos os critérios e parâmetros para identificar, bens e benfeitorias passíveis de reparação, bem como os parâmetros para o estabelecimento de valores indenizatórios e eventuais compensações;
- d) que seja dada publicidade às regras, critérios e parâmetros de indenização e compensação;
- e) que o Ministério Público acompanhe e fiscalize os processos de negociação das reparações, por envolver relações de poder assimétricas entre empreendedores e atingidos;
- f) que, em caso de desacordo entre os atingidos e a empresa, sejam constituídas instâncias de mediação e arbitragem;

**10. Direito de ir e vir**

- a) que as licenças ambientais exijam reposição de vias, acessos, travessias, caminhos, assegurado seu caráter público, de acesso livre e gratuito, sem quaisquer restrições decorrentes da operação da barragem;
- b) que os municípios, estados ou União, no âmbito de sua respectiva competência, executem as mudanças necessárias no sistema viário e na operação dos serviços de transporte público, de modo a assegurar ligações adequadas de todas as comunidades atingidas, inclusive as reassentadas, cabendo ao empreendedor os custos decorrentes do alongamento das distâncias, aumento das despesas de transporte de pessoas ou mercadorias, sempre que decorrentes da obra ou da operação da barragem, em prazos e procedimentos a serem negociados com os poderes locais e populações interessadas;
- c) que a recomposição das vias (estradas, caminhos, travessias, acessos, pontes) e do sistema de transportes seja objeto de discussão, negociação e aprovação por parte dos grupos e comunidades atingidas.

**11. Direito à cultura, às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais.**

- a) que os processos de negociação contemplem obrigatoriamente formas de reposição ou compensação para as perdas ocorridas no patrimônio cultural material e imaterial.

**12. Direitos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais**

- a) que sejam estabelecidos, em cada caso, as regras e procedimentos para a indispensável participação e manifestação direta de populações tradicionais, quilombolas e indígenas em processos decisórios e de obtenção do prévio, livre e informado consentimento, sempre que estiver em jogo a implantação de empreendimentos em seus territórios, nos termos do Decreto 6.040/2007; da Convenção OIT 169 e da Constituição Federal, artigo 231 e 68 da ADCT;

**13. Direito de grupos vulneráveis a proteção especial**

- a) que, no caso dos portadores de deficiência, sejam estabelecidas medidas personalizadas;
- b) que, em todas as circunstâncias, as prefeituras e governos estaduais, no âmbito de sua competência, assegurem a todos os integrantes de grupos vulneráveis atingidos a imediata e adequada assistência para enfrentar a nova realidade instaurada pelo empreendimento, cabendo os custos ao empreendedor;
- c) que os grupos vulneráveis, considerados e representados em sua diversidade, tenham



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

97215 AP







assegurada ampla participação em todas as etapas dos processos de planejamento, implantação e operação de empreendimentos.

**14. Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária.**

- a) que o Ministério de Minas e Energia, Ministério de Meio Ambiente, Ministério das Cidades, Ministério de Desenvolvimento Agrário, o Ministério da Integração Nacional, o IBAMA e os órgãos ambientais estaduais estabeleçam que os programas e projetos de deslocamento e reassentamento contemplem, sempre que possível e desejado pelos interessados, a recomposição das vizinhanças e proximidades espaciais preexistentes.

**IV – ESTRATÉGIAS PARTICIPATIVAS**

Assumindo que a participação da sociedade civil e, em especial, dos grupos de atingidos pela construção do empreendimento é caracterizada por um processo complexo e conflituoso, procurou-se, de início, instituir estratégias participativas que visavam, sobretudo, o envolvimento desses grupos e atores sociais em todas as etapas de concepção e elaboração do Plano de Negociação. Por participação, portanto, subentende-se a ação individual, coletiva e por meio de representações, com objetivos únicos e múltiplos, que variam desde a obtenção de informações, até atividades como o monitoramento das intervenções realizadas e a efetivação de demandas específicas ou coletivas.

Para tanto, procurou-se estabelecer diálogos que pudessem conduzir o processo de negociação a interações estruturadas por meio de reuniões previamente agendadas<sup>1</sup>, visando o compartilhamento de informações sobre os diferentes conteúdos que caracterizam o empreendimento e o envolvimento das populações. Nesse sentido, a primeira atividade participativa para a elaboração do Plano de Negociação consistiu de visitas da equipe técnica aos municípios de Jequitaiá, Claro dos Poções e Francisco Dumont<sup>2</sup>, no período de 31 de outubro a 3(três) de novembro de 2011. O objetivo dessas visitas foi estabelecer contatos e identificar, por parte da equipe técnica, os atores sociais e institucionais nas diferentes



<sup>1</sup> Isto envolve a definição do local, horários, definição de pautas, definição de estratégias de divulgação, etc., assegurando a participação dos atingidos e da sociedade civil.

<sup>2</sup> Nessas visitas não foi possível entrar em contato diretamente com as partes interessadas neste município. No entanto, foi possível visitar parte de sua zona rural, obtendo-se o contato da Secretária de Meio Ambiente e Agricultura, Sra. Dayse Maria Fonseca.



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

97295 A10







localidades envolvidas pela construção do empreendimento. Para tanto, inicialmente foram feitos contatos com os seguintes atores sociais e institucionais:

### 1. Município de Jequitai

- Sebastião Duarte Filho, produtor rural, parcialmente atingido, ex-presidente da Associação de Produtores Rurais, denominada Grupo Organizado de Trabalho do Buriti de Baixo (distrito de Jequitai). A esposa é a atual vice-presidente da Associação. Atuou como negociador e foi o primeiro produtor rural a ser indenizado.
- Secretaria Municipal de Turismo, cujo Secretário é Toni Pinheiro, também produtor rural.
- Presidente do Sindicato de Produtores Rurais e Vice-prefeito, Dr. Joaquim Isidoro de Oliveira, advogado e produtor rural.
- Adão Neves, produtor rural, totalmente atingido, presidente da Associação Grupo Organizado de Trabalho do Buriti de Baixo. Possui contatos com a Comissão Pastoral da Terra e com o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB).
- Edelturdes dos Reis Ferreira, produtor rural, totalmente atingido, membro da Associação Grupo Organizado de Trabalho do Buriti de Baixo.
- Salvador Leite Silva, representante de 22 pescadores profissionais no município, mas filiados à Colônia de Pesca Z1 de Pirapora.



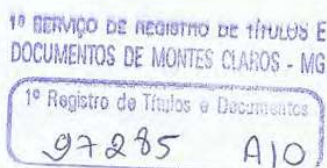
### 2. Município de Claro dos Poções

- Secretário da Agricultura, Adriano William Pinheiro, membro do Comitê da Bacia Hidrográfica do Jequitai e Pacuí.
- Diretora de Base do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Montes Claros em Claro dos Poções, Suely Pereira Lopes, Diretora de Base do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
- Leane Duarte Costa, funcionária pública, produtora rural parcialmente atingida, residente na comunidade do Riacho.



### 3. Município de Francisco Dumont

- Secretária do Meio Ambiente e Agricultura, Neuza Almira Rodrigues Pinto Duarte, membro do Comitê da Bacia Hidrográfica do Jequitai e Pacuí.





Os contatos com esses atores sociais e institucionais se transformaram no momento inicial para institucionalizar as interações entre os atingidos pelo empreendimento e a equipe técnica encarregada de elaborar o Plano de Negociação e o Projeto Executivo de Reassentamento. Pelos contatos iniciais ficou evidente a ausência generalizada de informações técnicas, econômicas e sociais relativas ao empreendimento, tanto para os diretamente atingidos ou afetados por ele, quanto para a comunidade de um modo geral.

Somada a essa ausência de informações sobre o empreendimento em si, percebeu-se certo mal-estar ou desconfiança pela forma como o processo de indenizações vem sendo conduzido. Tal situação vem dando margem a especulações sobre a objetividade e justeza dos critérios de avaliação e de liberação dos recursos para pagamento das indenizações. O que configura, portanto, uma falta de informações adequadas, provocada pela "história antiga" que marca o empreendimento e pela ausência de mecanismos de comunicação objetivos e confiáveis, o que, por sua vez, gera insegurança, dúvidas e incertezas sobre o início do empreendimento, uma vez que, historicamente, o mesmo sempre se transformava, segundo os entrevistados, de sonho em pesadelo.

Constatou-se, portanto, forte e generalizada demanda por maiores informações sobre todo o processo de construção da obra, sobre a identificação dos atingidos (de proprietários, não-proprietários, trabalhadores, pescadores etc.), as formas de cadastramento desses grupos, os critérios para avaliação dos bens, sobre o processo de reassentamento das famílias, os impactos sociais causados pelo empreendimento, as medidas mitigadoras, etc.

Como se advoga que nenhum Plano de Negociação envolvendo a construção de um empreendimento do porte da barragem do rio Jequitaí, pode ser iniciado em condições inseguras, incertas e ser influenciado por um mal estar generalizado, ficou acertado com os atores sociais e institucionais contatados a realização de reuniões com a participação dos segmentos da sociedade civil, dos atingidos pela construção do empreendimento, dos representantes da CODEVASF, da RURALMINAS e da equipe técnica.



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos  
97285 A10

12





Na realidade, esse contato inicial com os atores sociais e institucionais foi o ponto de partida para o início da negociação. Em outros termos, houve a constatação de que seria necessário que a negociação se iniciasse pelos esclarecimentos e pela apresentação de informações relativas ao Plano de Negociação, ao Projeto Executivo de Reassentamento, aos impactos do empreendimento e suas medidas mitigadoras, as etapas do processo de construção da obra e as características técnicas da barragem associadas aos múltiplos objetivos a que ela se destina.

Contando com a colaboração dos atores sociais e institucionais identificados na primeira visita, houve a mobilização dos atingidos e dos demais segmentos sociais. Em conformidade com eles, foram identificados os dias, os locais e os horários mais adequados para as reuniões. Essas reuniões foram conduzidas pelos representantes da Fundação Renato Azeredo, responsável pela elaboração do Plano de Negociação. Elas tiveram como palestrantes principais os representantes da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Rio São Francisco e Parnaíba (CODEVASF) e da Fundação Rural Mineira (Ruralminas), responsáveis diretos pela construção do empreendimento. As reuniões foram assim programadas e realizadas:

- **Dia 30/11/11**, reunião em Claro dos Poções, realizada às 13:00 horas, na Secretaria do Meio Ambiente e Agricultura, com a participação de 33 interessados entre produtores rurais, meeiros/arrendatários e trabalhadores rurais, além da prefeita municipal, secretários municipais, vereadores, técnicos da EMATER e outros interessados.
- **Dia 01/12/11**, reunião em Jequitaiá, realizada às 09:00 horas, no Centro Comunitário, com a participação de cerca de 150 pessoas distribuídas entre os diversos segmentos sociais envolvidos e a comunidade em geral. Houve participação especial de trabalhadores rurais residentes no distrito de Barroão que foram em um ônibus especialmente fretado para transportá-los ao evento. A reunião contou também com a participação do prefeito municipal, secretários, vereadores, e lideranças sindicais dos trabalhadores rurais, pescadores e do setor patronal rural.
- **Dia 01/12/11**, Reunião em Buriti de Baixo, realizada às 13:00 horas, na Associação Grupo Organizado de Trabalho do Buriti de Baixo, com a participação de 25 pessoas todas residentes na comunidade de Buriti de Baixo. A reunião contou com a presença de dois mediadores vinculados à Comissão Pastoral da Terra (CPT), que foram convidados por iniciativa pessoal e exclusiva do presidente da associação, sem o conhecimento e a anuência dos demais associados. Os mediadores da CPT, apesar de se recusarem a assinar a lista de presença e de se inscreverem formalmente





na reunião, tiveram espaço para apresentar seus argumentos e foram convidados pelo empreendedor a participar das reuniões e discussões futuras. O secretário municipal de turismo de Jequitaiá também participou desta reunião.

- **Dia 02/12/11**, reunião em Francisco Dumont, realizada às 14:00, no Clube Social, com a presença dos prefeitos de Francisco Dumont e Engenheiro Navarro, secretários municipais, vereadores e mais cerca de 120 pessoas dos dois municípios, além de técnicos do IMA - Instituto Mineiro de Agropecuária e do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.



O elemento fundamental expresso nessas reuniões<sup>3</sup> foi a forma intensa e participativa como os temas e questões foram abordados e desenvolvidos, revelando as diferentes preocupações dos atingidos e dos demais segmentos sociais em relação à complexidade do processo de construção da barragem. Como consequência, essas diferentes questões e temas de discussão foram incorporados como referência para a elaboração do Plano de Negociação que aqui se desenvolve. O relevante, nesse momento, é explicitar essa característica inicial do Plano, de procurar incorporar as reivindicações dos diferentes segmentos sociais e de ser respaldado por um número significativo de participantes nas reuniões.



Essas reuniões com os atingidos e demais segmentos sociais interessados no empreendimento, realizadas em dezembro de 2011, nos quatro municípios, envolveram a participação de mais de 300 pessoas. Pelas fichas de participação preenchidas, pode-se constatar a presença de produtores rurais que são proprietários, produtores rurais que são herdeiros, posseiros, agregados, meeiros, parceiros, colonos, moradores, trabalhadores rurais, diaristas, pessoas dos setores de serviços e do comércio, produtores rurais não atingidos, pessoas desempregadas e professores e estudantes do ensino médio, atingidos e não atingidos pelo empreendimento.



Após a consulta à legislação relativa ao tema, bem como aos termos de referência elaborados pelo empreendedor e a síntese das demandas e questões

<sup>3</sup> Nessas reuniões foi também feito o cadastramento de todos os participantes para que os mesmos possam ser convidados para as reuniões futuras, bem como receber correspondências com informações sobre o empreendimento.





apresentadas nas primeiras reuniões com as comunidades, foi elaborada uma versão de trabalho do Plano de Negociação. Essa primeira versão foi apresentada ao empreendedor em reunião realizada em 20 de dezembro de 2011, como forma de verificar a adequação entre as propostas e questões apresentadas para negociação e as orientações e normas que orientam o empreendimento. Em seguida, essa versão inicial foi apresentada e discutida com os segmentos sociais e as comunidades em geral, em novas reuniões realizadas entre os dias 10 e 12 de janeiro de 2012. Especificamente, a participação coletiva ocorreu conforme o seguinte cronograma.

- **Dia 10/01**, reunião em Francisco Dumont, realizada às 09:00 horas, no Clube Social, com a participação de cerca de 64 pessoas distribuídas entre os diversos segmentos sociais envolvidos diretamente com o empreendimento e a comunidade em geral. Houve a manifestação formal da Associação Intermunicipal dos Produtores Rurais e Usuários Atingidos pela Barragem do Projeto Jequitaiá, representada pelo seu presidente Carlos Mário.
- **Dia 10/01**, reunião em Engenheiro Navarro, realizada às 14:30 horas, na sede do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, com a presença de 53 pessoas, entre elas, o perfeito municipal, secretários e técnicos do poder público municipal, além de atingidos e demais interessados no empreendimento. Atendendo solicitação da comunidade, ficou definido que no dia 20/01 a equipe técnica da Fundação Renato Azeredo faria um atendimento especial aos atingidos de Engenheiro Navarro, a partir do qual outros atendimentos poderiam ser agendados, dependendo das demandas dos interessados.
- **Dia 11/01**, reunião no centro comunitário de Jequitaiá, às 9:00 horas, com a presença de 55 participantes de diversas categorias afetadas pelo empreendimento. Um grupo de garimpeiros, vinculados à Associação de Garimpeiros de Jequitaiá, compareceu ao evento e apresentou algumas dúvidas em relação ao empreendimento e requereu a inclusão desta categoria no Plano de Negociação. Registrou-se também a participação de uma liderança do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.
- **Dia 11/01**, reunião na comunidade de Buriti de Baixo, município de Jequitaiá, realizada às 13:30 horas, na Associação Grupo Organizado de Trabalho do Buriti de Baixo com a participação de 47 pessoas, todas residentes na comunidade de Buriti de Baixo. A reunião contou com a presença de uma liderança do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que foi ao evento por iniciativa própria. Como desdobramento dessa reunião, o representante do MST propôs a



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

97285 A10







realização de um novo encontro, sem a presença do empreendedor, e com a participação de representantes da CPT – Comissão da Pastoral da Terra, onde os movimentos sociais, juntamente com os membros da Associação Grupo Organizado de Trabalho do Buriti de Baixo e dos trabalhadores residentes no Barroco de Baixo iriam analisar o Plano de Negociação e apresentar novas sugestões.

- **Dia 12/01**, reunião em Claro dos Poções, realizada às 14:00, na sede do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável contando com a presença de 60 participantes diretamente afetados pelo empreendimento e do presidente da Associação Intermunicipal dos Produtores Rurais e Usuários Atingidos pela Barragem do Projeto Jequitai.

Após essas reuniões as diversas categorias de atingidos, bem como a comunidade em geral, foram convidadas a encaminhar novas sugestões sobre os diversos pontos de negociação, para serem incorporados ao Plano de Negociação, ficando acordado que isso deveria ser feito até o dia 31 janeiro de 2012. Deve-se destacar que, em decorrência dessas reuniões, foram identificados dois novos segmentos sociais atingidos pelo empreendimento: os garimpeiros e os areeiros.



Em consequência dessa estratégia participativa de elaboração, houve o surgimento de novas demandas, o que implicou a necessidade de adequação do Plano de Negociação com a incorporação das proposições enviadas, formalmente, por ofício<sup>4</sup>, à Fundação Renato Azeredo, ou diretamente para o e-mail [projetojequitai@framinas.org](mailto:projetojequitai@framinas.org). Desse modo, uma nova versão do Plano de Negociação foi apresentada ao Comitê Gestor do Projeto Jequitai, em reunião realizada no dia 08 de fevereiro de 2012, na sede da RURALMINAS, na Cidade Administrativa, Edifício Gerais, 10º. Andar, em Belo Horizonte. Nessa reunião houve a concordância com a nova versão do Plano de Negociação, onde foram incorporadas aquelas demandas que legalmente poderiam ser contempladas e que faziam parte do escopo de obrigações do empreendedor. Os membros do Comitê solicitaram também ajustes e a incorporação de mais informações sobre a



<sup>4</sup> É importante ressaltar que algumas demandas, como a criação de cursos de nível superior, aumento de efetivo policial, reforma de hospitais etc. não foram incorporadas ao Plano de Negociação por fugirem da esfera de competência do empreendedor. No entanto, o empreendedor manifestou formalmente seu apoio para acompanhar as comunidades na atuação institucional visando o atendimento dessas demandas.







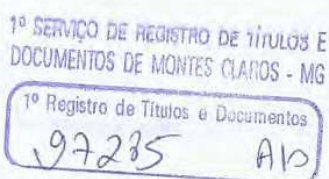
fundamentação legal do Plano, a inclusão da relação nominal dos atingidos em anexo ao documento, melhor identificação das responsabilidades do empreendedor, delimitação dos parâmetros para o processo de negociação e a explicitação de que após ser validado pelas comunidades, o plano de Negociação seria formalmente registrado nos órgãos competentes.

Como consequência, novas reuniões foram programadas com as comunidades para a apresentação e aprovação da versão final do Plano, que passa a se constituir como o referencial para orientar o processo de negociação entre os seguimentos sociais e institucionais envolvidos na construção do empreendimento. Essas reuniões seguiram os mesmos princípios e contatos com os atores sociais e institucionais envolvidos nos eventos anteriores. As reuniões<sup>5</sup> ocorreram em conformidade com o seguinte calendário:

- **Dia 13/02**, reunião em Engenheiro Navarro, realizada às 9 horas, na sede do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, com a presença de 64 pessoas, entre elas o prefeito municipal, secretários, vereadores e técnicos do poder público municipal, atingidos (produtores rurais, trabalhadores e um pescador) e demais interessados no empreendimento. O Plano de Negociação foi apresentado pela equipe técnica da Fundação Renato Azeredo, sendo aprovado por unanimidade.
- **Dia 13/02**, reunião em Francisco Dumont, realizada às 13:30 horas, no Clube Social, com a participação de 93 pessoas, destacando-se representantes do poder público local, o Presidente da Associação Intermunicipal dos Produtores Rurais e Usuários Atingidos pela Barragem do Projeto Jequitai, atingidos e cidadãos interessados no empreendimento. O Plano de Negociação foi apresentado pela equipe técnica da Fundação Renato Azeredo, sendo aprovado por unanimidade.
- **Dia 14/02**, reunião em Jequitai, realizada às 9 horas, no Centro Comunitário, com a participação de 157 pessoas, com destaque para o



<sup>5</sup> As listas de presença em todas as reuniões estão em poder do empreendedor e as reuniões foram gravadas em vídeo e áudio.







prefeito municipal, representantes dos órgãos públicos locais, vereadores, técnicos da administração municipal, atingidos, o presidente da Associação Grupo Organizado de Trabalho do Buriti de Baixo, o presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, o presidente da Associação dos Pescadores de Jequitaiá, um representante do MST, um representante da CPT e munícipes interessados na construção do empreendimento. O Plano de Negociação foi apresentado pela equipe técnica da Fundação Renato Azeredo, sendo aprovado por 73 votos a favor e 27 contra.

- **Dia 14/02**, reunião em Claro dos Poções, realizada às 14 horas no Clube Social com a participação de 64 pessoas; contando com a participação de representantes dos órgãos públicos locais, técnicos da administração municipal, vereadores, atingidos e membros das comunidades interessadas no empreendimento. O Plano de Negociação foi apresentado pela equipe técnica da Fundação Renato Azeredo, sendo aprovado por 27 votos a favor e 17 contra.

Com os resultados apresentados, o Plano de Negociação do Projeto Jequitaiá foi aprovado pelos diversos grupos atingidos pelo empreendimento.



## V – OS ATORES EM NEGOCIAÇÃO

A identificação dos atores envolvidos no processo de negociação ocorreu por meio das diversas reuniões realizadas. Foram identificados como empreendedores: a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, Setor de Grandes Áreas Norte - SGAN, Quadra 601/conjunto 01 e a Fundação Rural Mineira, localizada na Cidade Administrativa, Edifício Gerais, 10º. Andar, Belo Horizonte.

Por sua vez, os atingidos pela implantação do empreendimento se manifestaram em função das restrições que lhes são apresentadas pela perda de terra, água e



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

97285 A10

18





**CODEVASF**

trabalho, como fatores de produção; e, também, em razão da pressão que o empreendimento acarretará sobre a infraestrutura dos municípios.

Em relação aos que serão afetados pela perda do fator de produção terra encontram-se os produtores rurais, total e parcialmente atingidos, além de posseiros e ocupantes, definidos pela relação de propriedade, e os parceiros, meeiros, arrendatários e colonos que a exploram como fator produtivo, mas sob a condição de não-proprietários e com residência na propriedade, ou os colonos, que se envolvem com a propriedade através do fornecimento da força de trabalho.

Identificaram-se, também, os que exploram a água como fator de produção, destacando-se, neste caso, os pescadores, garimpeiros e areeiros. Desses, os pescadores representam o grupo mais organizado. Os garimpeiros ainda encontram-se em processo de organização e exploram uma atividade em decadência, tanto pelo volume quanto pelo valor da produção. Por conseguinte, eles se envolvem com essa atividade de forma secundária, assessoria e eventual. Do mesmo modo, a atividade dos areeiros também se apresenta como secundária e eles não estão organizados, pois nem se apresentaram formalmente nas diversas reuniões realizadas.



Finalmente, como outro grupo atingido pelo empreendimento, estão aquelas pessoas que vão perder postos de trabalho permanentes e formalmente registrados e os diaristas.

Para todos os grupos de atores em processo de negociação<sup>6</sup>, foi identificada e considerada também, a estrutura familiar associada a cada um deles. Assim, a negociação não será apenas individualizada, mas influenciada pela estrutura e funcionalidade dos seus membros, como atores econômicos e sociais no contexto familiar.

É o contexto familiar que se sobressai também quando se delimita as comunidades em geral como atores em negociação, pois são as famílias dos residentes nos municípios que serão afetadas pela pressão no uso dos recursos



<sup>6</sup> Esses atores estão identificados e representados por categorias econômicas no Anexo I.



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

97275 A-6





naturais e da infraestrutura existente nestes locais. Não obstante, pela forma indireta que serão atingidas, estas famílias serão representadas pelos órgãos públicos municipais, aos quais compete interagir com os empreendedores e com a empresa construtora do empreendimento, buscando minimizar os impactos negativos e potencializar aqueles que serão positivos para a população.

Portanto, foi em função desses atores que novos pontos de negociações foram identificados e incorporados ao Plano ao longo do processo, e, somente após exaustiva discussão com as comunidades e com o empreendedor, é que se sistematizou e consolidou a pauta de temas e de demandas que integram o Plano de negociação.

## VI – PONTOS DE NEGOCIAÇÃO

Considerando a extensão da área atingida pela barragem do Projeto Jequitáí I, foi possível identificar, pelas proposições apresentadas nas reuniões realizadas, que há pontos comuns para a negociação e, ao mesmo tempo, pontos que expressam a forma particular como o empreendimento afeta os diversos atores sociais e institucionais nos municípios de Jequitáí, Claro dos Poções, Francisco Dumont e Engenheiro Navarro. A seguir serão destacados os pontos comuns a todos os atingidos, os pontos específicos de cada grupo e os procedimentos envolvidos na negociação dos mesmos.

### a. Pontos Comuns

Um dos pontos comuns presentes em todas as comunidades e municípios refere-se à ausência de informações sobre o empreendimento. A demanda de todos é de que estas informações devam ser detalhadas e esclarecedoras. O primeiro passo foi definir os procedimentos necessários para que esses esclarecimentos ocorressem. Inicialmente, houve a proposição, e foi aceita, de que esses esclarecimentos acontecessem por meio de reuniões, nos mesmos moldes das que foram realizadas anteriormente em Jequitáí, Claro dos Poções, Francisco Dumont e Engenheiro Navarro. Participaram das reuniões os diversos grupos de atingidos, os técnicos especialistas em cada tema ou aspecto envolvido com a



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

97295 A10







construção do empreendimento e os demais interessados pela construção da barragem, como vereadores, membros do poder público municipal, trabalhadores desempregados, funcionários públicos, professores e estudantes do ensino médio e fundamental, comerciantes, em especial donos de bares e restaurantes, hotéis e pousadas, proprietários rurais interessados em vender imóveis para o reassentamento e composição da área de reserva legal do empreendimento, etc.

Outro ponto comum aos atingidos das diferentes áreas é sobre a necessidade de deslocamento periódico dos técnicos envolvidos com a construção da barragem até os municípios afetados pelo empreendimento, para o atendimento e esclarecimento in loco, às pessoas de cada município. Ficou estabelecido que o deslocamento ocorrerá às quartas e quintas-feiras em Francisco Dumont e Claro das Poções, respectivamente, e que, em Engenheiro Navarro haverá uma reunião inicial com os atingidos, a partir da qual poderá ser definido um calendário de outras reuniões, conforme as necessidades e as demandas requeridas. Destaca-se, neste aspecto, a importância do apoio e da participação das secretarias municipais para o agendamento e a disponibilização de locais para as reuniões.

Além disto, a equipe técnica do projeto disponibiliza um escritório situado no município de Jequitaiá, à Av. Sete de Setembro, nº 125, telefone nº (38) 3744-1303, para o atendimento aos atingidos pelo empreendimento e execução de atividades relativas ao projeto. Esse atendimento pode ser via telefone ou por meio de visitas ao escritório, seja de forma individual ou coletiva.

O projeto também conta com um endereço de e-mail para o atendimento on line aos interessados: [projetojequitai@framinas.org](mailto:projetojequitai@framinas.org), além de ter sido criado um blog, onde podem ser encontrados comentários e notícias sobre o empreendimento.

Além dessas alternativas apresentadas pela equipe técnica do projeto, o Portal Jequitaiá se colocou à disposição para divulgar informações, esclarecimentos prestados pelos empreendedores, tirar dúvidas e apresentar críticas da comunidade local ao empreendimento.

Um ponto importante, fruto da demanda de proprietários com documentação precária e posseiros sem documentação, situação que se encontra presente em todos os municípios envolvidos, refere-se às dificuldades nas questões de



21



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

97.285 A 10







regularização fundiária. Desse modo, ainda que específica a essas duas categorias de atingidos, esta demanda pode ser considerada comum a todos os municípios e corroborada pelas demais categorias de atingidos. Sendo um ponto fundamental para o processo de negociação, houve a decisão do empreendedor de não só constituir e manter uma estrutura jurídica para colaborar no processo de regularização fundiária, mas também se responsabilizar pelos pagamentos das custas judiciais envolvidas nos processos.

### b. Pontos Específicos

Denomina-se de pontos específicos àquelas demandas provenientes dos diferentes segmentos sociais localizados em diversas áreas atingidas pela construção do empreendimento. Pelas reuniões realizadas, identificou-se que a construção do empreendimento afeta, de forma específica, os seguintes segmentos sociais: produtores rurais, ocupantes e posseiros, colonos ou meeiros, parceiros e arrendatários, agregados e trabalhadores rurais, pescadores profissionais, garimpeiros, areeiros e as comunidades em geral. Por segmentos sociais, as demandas para a negociação são as seguintes:



#### b.1. Produtores rurais totalmente atingidos

A classificação dos produtores totalmente atingidos decorre da porcentagem da área da propriedade envolvida pelo alagamento. Nesse sentido, os totalmente atingidos possuem área alagada acima de 2/3 da propriedade ou cuja área remanescente seja insuficiente para a manutenção e sobrevivência da família, incluindo os filhos maiores de 18 anos e os respectivos herdeiros envolvidos com as atividades produtivas na propriedade. As negociações para os que se encontram nessa categoria são as seguintes:

- Informação:** Estabelecimento de agenda de reuniões para esclarecimento sobre os seguintes aspectos: área do empreendimento e identificação das propriedades, com a apresentação de mapas e croquis, explicitar as alternativas de negociação para os atingidos, bem como a exposição sobre a sistemática do cálculo de avaliação e do processo de indenização, a elaboração do cadastro patrimonial das propriedades, a seleção e a aquisição de áreas para o reassentamento, a apresentação dos conteúdos legais do reassentamento, apresentação das etapas do remanejamento



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

97285 A10







- das famílias e as obrigações do empreendedor durante a etapa de emancipação dos reassentados.
- b) **Cadastro patrimonial das propriedades:** O levantamento específico e detalhado será feito sobre a parte do imóvel que será afetada, envolvendo as benfeitorias reprodutivas, não reprodutivas e os recursos extrativistas vegetais, bem como o cálculo do lucro cessante pela extinção da atividade produtiva. Deverá haver o acompanhamento do produtor ou representante da família junto aos técnicos. Cada produtor terá acesso a uma cópia dos resultados, a qual poderá ser acrescida de informações a pedido do interessado.
- c) **Indenização:** a indenização é uma das alternativas para os produtores totalmente atingidos. Essa opção, entretanto, elimina a alternativa de reassentamento. Ela emerge por iniciativa dos produtores totalmente atingidos. Para os cálculos, o processo segue a realização do cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida. A indenização deve ser real, garantida por meios políticos e legais. O empreendimento não pode ser construído à custa das perdas alheias.
- d) **Identificação, seleção e aquisição de áreas para o reassentamento:** Os atingidos poderão indicar áreas de interesse para o reassentamento, as quais serão objeto de análise e avaliação por parte do empreendedor. A localização e seleção das áreas ocorrerão em conformidade com os interesses das famílias que serão reassentadas e de acordo com os laudos das equipes técnicas, após vistoriadas pelos órgãos ambientais. Os critérios técnicos envolvem: qualidade do solo, disponibilidade de água, condições de acesso e energia elétrica. A CODEVASF/Fundação Renato Azeredo se compromete a apresentar três opções de áreas para escolha dos reassentados, dando-se prioridade aos interesses dos reassentados pelo município de origem. O prazo para posicionamento formal dos grupos de reassentados será de 15 (quinze) dias, à partir da elaboração do laudo de visita aos atingidos. Deve-se considerar que os reassentados poderão dispor de reserva legal de natureza condominial. O empreendedor deverá providenciar transporte e alimentação para que as famílias que deverão ser reassentadas possam conhecer as áreas destinadas ao reassentamento.
- e) **Conteúdos legais e sociais do reassentamento:** esses conteúdos se constituem nas determinações legais que orientam a elaboração dos projetos de reassentamento: um módulo mínimo nas dimensões do Módulo Fiscal do Município para cada família de proprietários; os filhos maiores de 18 (dezoito) anos e que comprovadamente residam no imóvel a ser desapropriado, terão direito a 05 (cinco) ha, ou conforme acordo entre as partes, de preferências em áreas contíguas à gleba dos pais. Além disso, os objetos da negociação para o reassentamento são os seguintes: elaboração do zoneamento agroecológico e levantamento planialtimétrico das áreas adquiridas; delimitação da reserva legal e áreas de preservação permanente; divisão e dimensionamento topográfico dos lotes; regularização fundiária; estrutura viária; rede de distribuição de energia



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos  
97295 A10



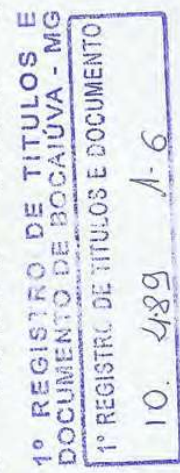
23



elétrica; saneamento básico; definição e localização das referências comunitárias, preservando, entre os reassentados, os laços de sociabilidade; definição e localização das instituições de serviços públicos, tais como escolas, posto de saúde e posto telefônico; construção das benfeitorias privadas igualmente às localizadas na área inundada pela barragem do Projeto Jequitai I e que constam do cadastro patrimonial e a apresentação de projetos estruturantes. Esses projetos são os seguintes: projeto produtivo; projeto de assistência técnica; projeto de educação ambiental; projeto de capacitação de mão-de-obra; projeto de associativismo e cooperativismo; projeto de assistência social e projeto de organização social e de sociabilidade. Deve-se assumir que as condições dos reassentados devem ser iguais ou melhores do que as suas condições originais. Conforme a legislação, a responsabilidade dos empreendedores com a implementação do projeto de assistência técnica aos assentados é de três anos.

f) **Etapas do remanejamento das famílias:** o remanejamento das famílias deverá seguir cinco etapas, as quais ocorrem sob a responsabilidade dos empreendedores:

- i. a primeira consiste na divulgação das informações sobre o remanejamento e como deverão ocorrer as quatro outras etapas;
- ii. a segunda etapa consiste em uma campanha de motivação que consiste em visitar as famílias, fazer reuniões esclarecedoras e identificar os líderes locais que possam acompanhar todo o processo;
- iii. a terceira etapa é designada de pré-transferências, que consiste no preparo da documentação, no cadastro de móveis, utensílios e animais domésticos, na distribuição dos lotes e casas, no preparo da posse definitiva para cada lote ou casa e na contratação de veículos;
- iv. a quarta etapa consiste do preparo do calendário de mudança, do planejamento do processo de transferência, do deslocamento da população, a transferência de móveis e utensílios e o transporte de animais. As despesas com o transporte de bens móveis e animais para as famílias reassentadas serão de responsabilidade do empreendedor;
- v. a quinta etapa consiste na organização da recepção e no reassentamento propriamente dito. A base para o reassentamento é o módulo rural. Em Jequitai e Claro das Poções, o módulo é de 50 ha, já em Francisco Dumont e Engenheiro Navarro, ele é de 40 ha, conforme é determinado pela Instrução Normativa Especial INCRA, nº 20 de 28/05/80.



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos  
97275 A 10







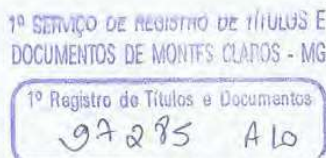
- g) **Emancipação dos reassentados:** a emancipação dos reassentados deve ocorrer no período de três anos. Nesse período, constata-se a necessidade de organização de grupos representativos que, juntamente com a equipe técnica, possam monitorar e avaliar as trajetórias de desenvolvimento dos reassentados e a adaptação sócio-cultural no novo ambiente. Não obstante, sob o propósito de evidenciar os ganhos ou perdas do projeto de reassentamento, há a proposição para os empreendedores executarem, durante o período de três anos, a inclusão de indicadores sociais e de qualidade de vida para comparar as condições iniciais dos assentados, nas suas propriedades de origem, com as condições geradas pelo reassentamento.



## b.2. Produtores rurais parcialmente atingidos:

A classificação dos produtores parcialmente atingidos decorre da porcentagem da área da propriedade envolvida pelo alagamento. Nesse sentido, os parcialmente atingidos possuem a área alagada até o limite de 2/3 da propriedade. As negociações para os que se encontram nessa categoria são as seguintes:

- a) **Informação:** Estabelecimento de agenda de reuniões para esclarecimento sobre os seguintes aspectos: área do empreendimento a ser atingida, identificação das propriedades, com ilustração por meio de mapas e croquis, apresentação de informações sobre a área remanescente e as áreas de conservação e de proteção ambiental. Explicitar as alternativas para os parcialmente atingidos, bem como a exposição sobre a sistemática do cálculo de avaliação e processo de indenização e a elaboração do cadastro patrimonial das propriedades, além de expor os direitos e deveres do empreendedor em relação às áreas adquiridas. Esclarecer sobre os múltiplos usos da água da barragem, especialmente para a irrigação, em função da outorga a ser liberada pelo órgão competente.
- b) **Cadastro patrimonial da propriedade:** Será atualizado o cadastro patrimonial das propriedades. O levantamento específico e detalhado será feito sobre a parte do imóvel que será afetada, envolvendo as benfeitorias reprodutivas, não reprodutivas e os recursos extrativistas vegetais, bem como o cálculo do lucro cessante pela extinção da atividade produtiva. Deverá haver o acompanhamento do produtor ou representante da família junto aos técnicos. Cada produtor terá acesso a uma cópia dos resultados, a qual poderá ser acrescida de informações a pedido do interessado.
- c) **Áreas remanescentes:** Quando solicitado, o empreendedor fará a avaliação do grau de comprometimento da área remanescente, identificando a sua dimensão, a qualidade das terras remanescentes, o tipo de exploração agropecuária e a avaliação da viabilidade da exploração, considerando-se os determinantes legais sobre as áreas de conservação e de preservação ambiental. Caso haja interesse, os proprietários, incluindo os filhos maiores de 18 anos e os respectivos herdeiros envolvidos com as atividades produtivas na propriedade, podem optar por trocas por outras





terras, considerando-se o valor socioeconômico equivalente àquela atingida pelo Projeto Jequitai I ou optar pela indenização da área parcialmente atingida. Além disso, os proprietários parcialmente atingidos podem optar por serem reassentados, seguindo-se o disposto na modalidade de reassentamento. As despesas com o transporte e deslocamento de bens móveis e animais nas áreas afetadas parcialmente serão de responsabilidade do empreendedor.

- d) **Indenização:** a indenização é uma compensação financeira pela área parcialmente atingida pela construção do empreendimento. Para os cálculos, o processo segue a realização do cadastro socioeconômico para identificação, qualificação e registro público da população atingida. A indenização deve ser real, garantida por meios políticos e legais. O empreendimento não pode ser construído à custa das perdas alheias.
- e) **Uso futuro do lago:** para utilizar as águas do reservatório para irrigação, o irrigante deve seguir as instruções normativas para a obtenção da outorga, conforme requerido pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Considerando o uso já existente para irrigação, a continuidade e a intensificação deste, também demandará a devida outorga que é de responsabilidade do usuário. Além disso, o empreendedor assegurará o acesso à cota de água devidamente garantida por outorga para os produtores a montante a barragem e afetados pela formação do lago. É necessário que os produtores rurais que já possuem outorga de uso apresentam suas cotas para que as mesmas sejam utilizadas no cálculo de capacidade de uso do lago.
- f) **Assistência técnica:** Os produtores, mesmo os não reassentados, deverão receber assistência técnica, por um período de três anos, para a readaptação de suas atividades produtivas à área remanescente, de forma a não comprometer sua capacidade de produção agrícola e pecuária e de obtenção de renda monetária, por pelo menos 3 anos após o início do enchimento do lago. Essa assistência é de responsabilidade do empreendedor, sendo coordenada e executada em consonância com a assistência técnica pública e privada disponibilizada nos municípios.



### b.3. Ocupantes e posseiros

Independente de sua condição legal de proprietário, o ocupante é o residente na área afetada. Assim, o posseiro é uma categoria de ocupante reconhecida legalmente, pois reside, trabalha e produz na área sem a respectiva escritura e título formal de propriedade. Nesse sentido, deve-se admitir que a falta de título legal da terra não desqualifica as pessoas para a assistência do reassentamento e ou processo de indenização. Os processos seguem conforme a jurisprudência sobre a desapropriação da posse. Para essa categoria, as demandas para encaminhamento das negociações são as seguintes:



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

92285 A10







- a) **Informação:** Estabelecimento de agenda de reuniões para esclarecimento sobre os seguintes aspectos: área do empreendimento a ser atingida, identificação das propriedades, ilustrando por meio de mapas e croquis, apresentando informações sobre a área remanescente e as áreas de conservação e de proteção ambiental. Explicitar as alternativas para o ocupante e o posseiro, de reassentamento ou não, bem como a exposição sobre a sistemática do cálculo de avaliação e processo de indenização e a elaboração do cadastro patrimonial das propriedades, além de expor os direitos e deveres do empreendedor em relação às áreas adquiridas. Esclarecer sobre os múltiplos usos da água da barragem.
- b) **Cadastro patrimonial das propriedades:** O levantamento específico e detalhado será feito sobre a parte do imóvel que será afetada. Esse levantamento envolverá as benfeitorias reprodutivas, não reprodutivas e os recursos extrativistas vegetais, bem como o cálculo do lucro incessante pela extinção da atividade produtiva. Deverá haver o acompanhamento do produtor ou representante da família junto aos técnicos. Cada produtor terá acesso a uma cópia dos resultados, a qual poderá ser acrescida de informações a pedido do interessado.
- c) **Indenização e reassentamento:** as negociações sobre a indenização, o reassentamento, o remanejamento e a emancipação das famílias seguem as mesmas diretrizes das negociações mantidas com proprietários total e parcialmente atingidos. Para tanto, se faz necessária a regularização fundiária dos imóveis, a qual deve ocorrer pela intermediação dos empreendedores junto ao Instituto de Terra de Minas Gerais (ITER), com o envolvimento das instituições públicas locais e estaduais, além dos trabalhos da equipe de advogados contratada especificamente para esta finalidade.
- d) **Capacitação e formação profissional:** a capacitação é o fortalecimento profissional dos posseiros atingidos, introduzindo-os na mesma atividade com mais habilidade e conhecimento ou para envolver-se com outras ocupações que permitem novas oportunidades de trabalho local. Essa profissionalização depende das oportunidades apresentadas pela dinâmica dos mercados locais e das aspirações dos trabalhadores rurais atingidos. A responsabilidade dos empreendedores está em oferecer os cursos considerando os critérios técnicos da capacitação, como potencialidade dos trabalhadores, cenários dos cursos no município e na região, período de realização dos cursos e duração dos cursos. Para cada curso identificado, admite-se que a capacitação ocorra pela participação em um curso introdutório e outra em um curso avançado. Assim, para cada curso, os empreendedores oferecerão duas oportunidades de capacitação e de formação profissional.
- e) **Assistência técnica:** No caso dos posseiros serem reassentados, os empreendedores deverão definir as garantias formais e objetivas de oferecimento de assistência técnica para essas famílias, por pelo menos 3 (três) anos após o reassentamento. Essa assistência técnica também

1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BOCAIUVA - MG  
1º REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
10.489 A-6



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE BOCAIUVA - MG

1º Registro de Títulos e Documentos  
97285 A10







deverá ser prestada caso o posseiro permaneça em área remanescente, conforme se aplica aos que foram parcialmente atingidos.

- f) **Uso futuro do lago:** para utilizar as águas do reservatório para irrigação, o irrigante deve seguir as instruções normativas para a obtenção da outorga, conforme requerido pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Considerando o uso já existente para irrigação, a continuidade e a intensificação deste também demandará a devida outorga que é de responsabilidade do usuário. Além disso, o empreendedor assegurará o acesso à cota de água devidamente garantida por outorga para os produtores a montante da barragem e afetados pela formação do lago. É necessário que os produtores rurais que já possuem outorga de uso apresentem suas cotas para que as mesmas sejam utilizadas no cálculo de capacidade de uso do lago.

#### b.4. Parceiros/meeiros, colonos e arrendatários

Essas formas de exploração agropecuária se estruturam sob diferentes regimes de exploração. Eles não possuem a posse ou domínio da terra, mas produzem no imóvel. O parceiro possui autonomia técnica e financeira, mediante o pagamento do preço contratado, explorando a terra por conta e risco, conforme descrito no Estatuto da Terra. O arrendatário, por sua vez, aluga (arrenda) a propriedade para a exploração, não se subordinando ao proprietário da terra. Independentemente das especificidades, ambos se apresentam como dependentes da disponibilidade da terra para a execução das atividades econômicas caracterizadas pela articulação entre trabalho e produção agrícola, nesse sentido, as negociações devem envolver os seguintes pontos: São empregados com o direito de plantar ou criar em áreas delimitadas pelo proprietário. Por um lado, há o pagamento pelo desenvolvimento da atividade e, por outro, o empregado está envolvido com os serviços gerais da propriedade, recebendo salário. Esses serviços podem ser por alguns dias, por horas ou parte dos dias. A minimização das perdas deve ocorrer em função das seguintes negociações:

- a) **Informação:** Estabelecimento de agenda de reuniões de esclarecimentos sobre os seguintes aspectos: formalização da atividade de colono ou meeiro e direitos dos parceiros e arrendatários em processos de construção de barragem, destacando-se os esclarecimentos e a sistematização dos cálculos de indenização, o remanejamento das famílias e a emancipação dos envolvidos.
- b) **Cadastro:** Cadastro das atividades desenvolvidas nas propriedades: O levantamento específico e detalhado será feito sobre a parte do imóvel que



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

97285 A10

28







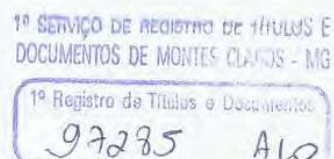
será afetada, envolvendo as benfeitorias reprodutivas, não reprodutivas e os recursos extrativistas vegetais, bem como o cálculo do lucro incessante pela extinção da atividade produtiva. Deverá haver o acompanhamento do produtor ou representante da família junto aos técnicos. Cada produtor terá acesso a uma cópia dos resultados, a qual poderá ser acrescida de informações a pedido do colono ou meeiro.

- c) **Indenização e remanejamento:** as negociações sobre a indenização, o remanejamento e a emancipação das famílias seguem as mesmas diretrizes das negociações mantidas com proprietários totalmente e parcialmente atingidos. Sendo que aos meeiros, colonos e arrendatários, além da compensação monetária pelas perdas diretas, será concedida indenização de uma área de 5 (cinco) hectares ou o equivalente em dinheiro.
- d) **Capacitação e formação profissional:** a capacitação é o fortalecimento profissional dos produtores atingidos, introduzindo-os na mesma atividade com mais habilidade e conhecimento ou para envolver-se com outras ocupações que permitem novas oportunidades de trabalho local. Essa profissionalização depende das oportunidades apresentadas pela dinâmica dos mercados locais e das aspirações dos trabalhadores rurais atingidos. A responsabilidade dos empreendedores está em oferecer os cursos considerando os critérios técnicos da capacitação, como potencialidade dos trabalhadores, cenários dos cursos no município e na região, período de realização dos cursos e duração dos cursos. Para cada curso identificado, admite-se que a capacitação ocorra pela participação em um curso introdutório e outra em um curso avançado. Assim, para cada curso, os empreendedores oferecerão duas oportunidades de capacitação e de formação profissional.
- e) **Assistência técnica:** No caso dos parceiros/meeiros e arrendatários serem remanejados o empreendedor deverá definir as garantias formais e objetivas de oferecimento de assistência técnica para essas famílias, por pelo menos 3 (três) anos após o início do processo de remanejamento, conforme se aplica aos que foram parcialmente atingidos.



#### b.5. Trabalhadores rurais: assalariados permanentes e diaristas

As duas relações de trabalho na propriedade rural diferem pelo nível de regularidade e sazonalidade e, eventualmente, pelo acesso à moradia, no caso do assalariado permanente. Ambos têm em comum o exercício de atividade remunerada nas áreas impactadas pelo empreendimento e por não possuírem direitos de propriedade ou posse sobre essas áreas. Seus direitos se referem à perda de alternativas de obtenção de trabalho e renda pela inundação das áreas onde vendem sua força de trabalho, em decorrência do empreendimento.







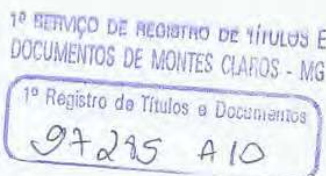
- a) **Informação:** Estabelecimento de agenda de reuniões, nos quatro municípios, para esclarecimentos sobre os seguintes aspectos: da identificação dos vínculos formais dos trabalhadores rurais, direitos dos trabalhadores rurais afetados pela construção da barragem e obrigações do empreendedor.
- b) **Remanejamento:** o empreendedor se compromete em cumprir a legislação relativa às Diretrizes e procedimentos para o remanejamento de diaristas e trabalhadores permanentes nas propriedades atingidas, considerando-se que cada família de trabalhadores que, comprovadamente, perderam seus postos de trabalho nas propriedades da área diretamente afetada (ADA) seja reassentada em um módulo mínimo de 5 hectares.
- c) **Indenizações:** serão definidos critérios claros e objetivos para garantir a indenização aos trabalhadores assalariados diaristas, a qual está vinculada à perda de suas oportunidades de trabalho.
- d) **Capacitação e formação profissional:** a capacitação é o fortalecimento profissional dos trabalhadores atingidos, introduzindo-os na mesma atividade com mais habilidade e conhecimento ou para envolver-se com outras ocupações que permitem novas oportunidades de trabalho local. Essa profissionalização depende das oportunidades apresentadas pela dinâmica dos mercados locais e das aspirações dos trabalhadores rurais atingidos. A responsabilidade dos empreendedores está em oferecer os cursos considerando os critérios técnicos da capacitação, como potencialidade dos trabalhadores, cenários dos cursos no município e na região, período de realização dos cursos e duração dos cursos. Para cada curso identificado, admite-se que a capacitação ocorra pela participação em um curso introdutório e outra em um curso avançado. Assim, para cada curso, os empreendedores oferecerão duas oportunidades de capacitação e de formação profissional.



#### b.6. Pescadores profissionais

Foram identificados 22 pescadores profissionais organizados no município de Jequitai, que estão filiados à Colônia de Pesca Z1, de Pirapora. Em função do período de construção e de armazenamento da água na barragem, as seguintes demandas são apresentadas para negociação:

- a) **Informação:** Estabelecimento de agenda de reuniões de esclarecimentos sobre os seguintes aspectos: a construção da barragem e o armazenamento da água e as implicações sobre as atividades de pesca; os direitos dos pescadores e as alternativas desejáveis e possíveis, preocupando-se com a superação da lógica e das práticas usuais que são apenas indenizatórias e não compensatórias.
- b) **Indenização:** identificação e divulgação dos procedimentos jurídicos, critérios e a sistematização de cálculos das indenizações.







- c) **Uso futuro do lago:** deverá ser apresentado formalmente o compromisso do empreendedor em possibilitar aos pescadores e seus familiares afetados pelo empreendimento a utilização de tanques-rede no lago formado pela barragem.
- d) **Capacitação:** o empreendedor deverá formalizar compromisso em oferecer cursos de capacitação e formação profissional relacionados à atividade pesqueira. A responsabilidade dos empreendedores está em oferecer os cursos considerando os critérios técnicos da capacitação, como potencialidade dos pescadores, cenários dos cursos no município e na região, período de realização dos cursos e duração dos cursos. Para cada curso identificado, admite-se que a capacitação ocorra pela participação em um curso introdutório e outra em um curso avançado. Assim, para cada curso, os empreendedores oferecerão duas oportunidades de capacitação e de formação profissional.



### b.7. Garimpeiros

É o trabalhador do garimpo, explorando manualmente ou por máquinas o diamante e os cristais em áreas públicas ou privadas localizadas na área diretamente afetada (ADA) pela construção do empreendimento. Essa atividade, conforme foi constatado no município de Jequitai, possui as seguintes características: a) o garimpo se concentra na exploração de diamantes e de cristais; b) existem diversas áreas de garimpo no município, no entanto, apenas parte do garimpo da Lavrinha é que será afetada; e c) nas últimas décadas, essa atividade está em declínio devido ao baixo preço recebido pelos garimpeiros e à escassez dos diamantes e cristais. Consequentemente, na realidade atual os garimpeiros do município, mesmo aqueles associados à associação<sup>7</sup> local, exercem outras atividades de trabalho, sendo o garimpo uma atividade secundária e, em alguns casos, eventual. Nessa perspectiva, a negociação com os garimpeiros se restringe ao seguinte ponto:

- a) **Capacitação:** o empreendedor deverá formalizar compromisso em oferecer cursos de capacitação e formação profissional como alternativa ao garimpo, considerando-se as novas oportunidades na região e as tendências e os perfis dos garimpeiros já inseridos em profissões existentes nos municípios afetados pela construção do empreendimento. A



<sup>7</sup> Os garimpeiros, inclusive o presidente da associação, presentes, na reunião realizada no dia 10/01/2012 no centro comunitário de Jequitai foram convidados para uma reunião específica da categoria com os representantes da FRAMINAS no dia 11/01/2012 para apresentarem suas demandas e reivindicações, ressalta-se que apenas um garimpeiro compareceu à reunião marcada.



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

94285 A10







responsabilidade dos empreendedores está em oferecer os cursos considerando os critérios técnicos da capacitação, como potencialidade dos trabalhadores, cenários dos cursos no município e na região, período de realização dos cursos e duração dos cursos. Para cada curso identificado, admite-se que a capacitação ocorra pela participação em um curso introdutório e outra em um curso avançado. Assim, para cada curso, os empreendedores oferecerão duas oportunidades de capacitação e de formação profissional.



#### b.8. Areeiros

A extração de areia é uma atividade regulamentada pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e pela Superintendência de Administração do Meio Ambiente (Sudema) com o objetivo de evitar que as extrações irregulares impliquem em danos ambientais. No entanto, apesar dos grandes impactos ambientais que essa atividade acarreta e de serem raros os pontos de extração devidamente licenciados, ainda é muito elevada a proporção da produção de areia com a utilização dos leitos dos rios, numa atividade que gera empregos diretos e indiretos, especialmente na construção civil. A negociação com o empreendedor deve ocorrer observando-se as seguintes circunstâncias:

- Indenização:** identificação e divulgação dos procedimentos jurídicos, critérios e a sistematização de cálculos das indenizações, no caso das atividades regulares e acobertadas pela legislação.
- Capacitação:** o empreendedor deverá formalizar compromisso em oferecer cursos de capacitação e formação profissional aos trabalhadores envolvidos com a atividade de extração de areia, possibilitando a eles o acesso a novas formas de inserção no mercado de trabalho. A responsabilidade dos empreendedores está em oferecer os cursos considerando os critérios técnicos da capacitação, como potencialidade dos trabalhadores, cenários dos cursos no município e na região, período de realização dos cursos e duração dos cursos. Para cada curso identificado, admite-se que a capacitação ocorra pela participação em um curso introdutório e outra em um curso avançado. Assim, para cada curso, os empreendedores oferecerão duas oportunidades de capacitação e de formação profissional.



#### b.9. Comunidades em geral

Esse termo expressa o conjunto de atores sociais e institucionais que estão envolvidos pela construção do empreendimento nos municípios de Jequitaiá, Claro dos Poções, Engenheiro Navarro e Francisco Dumont. Além dos grupos diretamente afetados, os envolvidos se constituem de atores sociais rurais e urbanos que passarão a conviver diariamente com as atividades do

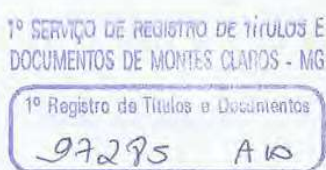






empreendimento de modo geral. Nesse sentido, deve-se considerar formas diferenciadas de negociações, bem como as formas específicas de envolvimento desses componentes sociais:

- a) **Estabelecimento de agendas de reunião de esclarecimentos sobre os seguintes aspectos:** o empreendimento e o município, áreas de construção, áreas de depósitos, áreas de retenção de veículos e máquinas, mão-de-obra necessária e contratações locais, uso da infraestrutura pública, alojamentos e alimentação. Essas reuniões deverão ser realizadas nos 4 (quatro) municípios afetados pelo empreendimento.
- b) **Acesso à informação:** as informações, além de repassadas em reuniões, devem ser apresentadas em formato de cartilha com informações claras e objetivas sobre o empreendimento, explicitando seus benefícios para região bem como os critérios para relacionamento com as comunidades afetadas. Deverá ser dada publicidade à planilha utilizada para o cálculo das indenizações. Para facilitar o acesso à informação de forma interativa o empreendedor deverá criar um blog ou site na internet onde as partes interessadas e a comunidade em geral poderão apresentar questionamentos e sugestões. O escritório do empreendimento, instalado em Jequitaiá, deverá ter atuação itinerante nos 4 (quatro) municípios envolvidos, de modo a facilitar o acesso das partes interessadas.
- c) **Infraestrutura:** durante a execução da obra o empreendedor e seus contratados deverão tomar medidas especiais para garantir a trafegabilidade das estradas nos municípios afetados, além de apoiar e dar suporte às secretarias de educação, de saúde, de assistência social e de segurança pública para contornar a pressão sócio-demográfica sobre as demandas dos serviços públicos locais, sem prejudicar a qualidade de vida dos munícipes. Deverão ser definidas de forma clara e objetiva as responsabilidades pela manutenção das estradas durante o processo de construção do empreendimento, bem como garantias de reconstrução de todas as vias de acesso que forem impactadas. Durante o processo de execução da obra o empreendedor e seus contratados deverão tomar medidas especiais para garantir a trafegabilidade das estradas nos municípios afetados, em especial naquelas que dão acesso a escolas e às áreas urbanas.
- d) **Grupos sociais e famílias vulneráveis:** nas comunidades, rurais e urbanas, identifica-se, constantemente, o efeito maior da construção do empreendimento sobre idosos, crianças e adolescentes, ribeirinhos, doentes crônicos e portadores de necessidades especiais. Esse grupo deve ser foco de negociação coletiva, procurando amenizar os efeitos negativos do empreendimento por meio de iniciativas que se apropriem dos efeitos positivos da construção da barragem, como os diferentes tipos de lazer, as alternativas de emprego, as possibilidades de novas formas de valorizar a cultura imaterial, etc.





- e) **Capacitação:** O empreendedor deverá estimular a realização de cursos de capacitação de jovens, mulheres e desempregados, voltados para a geração de emprego e renda em todos os municípios afetados pelo empreendimento. Também deverá induzir os órgãos públicos locais a fortalecer os membros do CMDRS (Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável) pela capacitação sobre temas específicos sobre a construção de barragens com múltiplos objetivos e o desenvolvimento local. Essa capacitação poderá ser diversificada, envolvendo desde cursos sobre empreendedorismo até cursos sobre segurança coletiva. Para ilustração, houve manifestação específica para a realização de cursos de capacitação nas seguintes áreas: recepcionista, enfermagem, segurança do trabalho, hotelaria, agricultura, gastronomia, carpinteiro, pedreiro, motorista, operador de máquinas e operador de central de concreto.<sup>8</sup> Outros cursos poderão ser oferecidos em função do interesse das comunidades e de sua pertinência às possibilidades de atuação por parte dos órgãos públicos locais, que terão, no empreendedor, o apoio para a mediação e a facilitação das interações interinstitucionais.
- f) **Mão-de-obra:** O empreendedor deverá estipular em contrato com a empresa responsável pela construção do empreendimento que deverá ser priorizada a contratação de pessoas e serviços nos municípios afetados pelo empreendimento. A natureza e as iniciativas das ações locais são definidas e trabalhadas pelos órgãos públicos municipais.
- g) **Interação Institucional:** o empreendedor deve interagir com o Instituto das Terras (ITER), com o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), com o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e órgãos públicos locais e estaduais visando a regularização fundiária das propriedades, a manutenção das outorgas já concedidas no rio Jequitai e o apoio na concessão de licença para o desmatamento das áreas que serão inundadas pelo lago.

## VII - PROCEDIMENTOS DOS ATORES EM NEGOCIAÇÃO

Esse tópico define as formas de atuação dos atores nos processos de negociação, tendo como objetivo comum a satisfação de todos com os resultados atingidos. Para sintetizar essas formas, os atores passam a ser designados como empreendedores e atingidos, estando nessa última categoria, como já foi mencionado, os diferentes segmentos sociais que são direta e indiretamente atingidos pela construção do empreendimento.

<sup>8</sup> Foram solicitados cursos de Enfermagem, Nutrição, Técnico Agrícola, Técnico em Segurança do Trabalho que, por se tratarem de cursos formais e de longa duração, inclusive alguns são de graduação, não podem ser atendidos pelos empreendedores.





Inicialmente, a referência para ambos os grupos é o conjunto de leis e de resoluções que normatizam a construção do empreendimento e as relações entre os grupos de interesses envolvidos pela construção, legislação essa apresentada em um dos itens desse Plano de Negociação.

No segundo momento, as formas de negociação podem ser individuais e por segmentos sociais, visando abordar temas, problemas e circunstâncias específicas de cada categoria social de atingidos. As reuniões individuais podem ocorrer no escritório de representação da Fundação Renato Azeredo, em Jequitaiá. Por sua vez, as negociações por segmentos sociais podem ocorrer no escritório ou nos locais designados pelos seus representantes, especificamente nos municípios e localidades de residência dos atingidos. Assim, a equipe técnica se desloca a esses lugares para realizar as negociações sobre temas, problemas e circunstâncias específicas. Deve-se enfatizar que o deslocamento é para atendimento de grupos de atingidos. Portanto, os representantes locais devem fazer esforços para que as reuniões agreguem o maior número possível de atingidos, para que obtenha sucesso no trato de seus problemas específicos.

Considerando a complexidade dos pontos de negociação, a abordagem sobre cada item deve contar com a participação de especialistas, permitindo melhor fundamentação e condução do processo. Nesse sentido, o empreendedor fica responsável pelo pagamento dos especialistas.

A negociação, uma vez iniciada, sempre tem que ser conclusiva, chegando-se a um acordo ou a um não acordo. O tempo para a conclusão é delimitado pelas necessidades de esclarecimentos. Esses esclarecimentos podem ser sobre o conteúdo do ponto de negociação, sobre as possibilidades dos empreendedores e sobre as necessidades e prioridades do atingidos. Obtendo-se todos esclarecimentos, o resultado da negociação pode ser positivo ou negativo. Em caso de desacordo entre os atingidos e o empreendedor deve-se recorrer às instâncias formais de mediação e arbitragem. Este resultado, bem como todas as etapas da negociação, deve ser registrado em atas e/ou em vídeos, tornando o processo transparente e de possível acesso a todos os interessados.



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E  
DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

97295 A10

35







## VIII - REGISTRO

Tendo sido aprovado pelos atingidos e pelo empreendedor, conforme resultado de votações ocorridas nas reuniões realizadas entre os dias 13 e 14 de fevereiro de 2012, e mencionadas na página 16 deste documento, este Plano de Negociação foi encaminhado aos Cartórios de Bocaiúva, Montes Claros e Pirapora para registro. Por conseguinte, doravante, ele se constitui em documento de referência para a implementação das negociações entre o empreendedor e os grupos e comunidades de atingidos pela construção da barragem do rio Jequitaiá. Além disto, é o documento de referência para a elaboração dos demais projetos relacionados à obtenção das outras licenças demandadas pelo empreendimento.



1º SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE MONTES CLAROS - MG

1º Registro de Títulos e Documentos

97285

A10

